

Revisão do regime da emissão das obrigações

Ver versão online.

MARÇO/2015

Área de Prática
Societário

pbbbr.a
SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, RL

newsletter

Pedro Pinto, Bessa Monteiro, Reis,
Branco, Alexandre Jardim & Associados
Sociedade de Advogados, RL

Avenida da Liberdade, 110 - 6º
1250-146 Lisboa

Tel. +351 21 326 47 47
Fax +351 21 326 47 57

www.pbbr.pt

Revisão do regime da emissão das obrigações

Entrou em vigor, no passado dia 2 de Março, o Decreto-lei n.º 26/2015, de 6 de Fevereiro, que procedeu à revisão do regime jurídico dos empréstimos obrigacionistas, introduzindo, para tal, relevantes alterações no Código das Sociedades Comerciais.

As alterações introduzidas visaram flexibilizar a emissão de obrigações, com o intuito de as popularizar como meio alternativo ao financiamento bancário.

Na presente Newsletter damos nota das principais alterações introduzidas no regime jurídico dos empréstimos obrigacionistas, propondo-nos abordar em Newsletter autónoma, as alterações introduzidas no regime jurídico específico das obrigações convertíveis.

1. Emissão de obrigações cujo contrato esteja registado há menos de um ano. Foi alargado o elenco das excepções existentes, passando este a abranger os casos em que seja disponibilizada aos investidores informação financeira relativa ao emitente, reportada a data não superior a três meses relativamente à emissão.

2. Limite à emissão de obrigações. O limite quantitativo aplicável à emissão de obrigações deixou de se calcular sobre o valor dos capitais próprios à data da emissão, para passar a ser calculado em função de um determinado rácio de performance, o rácio de autonomia financeira. Este, deverá ser igual ou superior a 35% calculado a partir do balanço da sociedade através da seguinte fórmula: $CP/AL \times 100$, em que CP corresponde aos capitais próprios e AL aos activos líquidos. Também quanto a este ponto particular, foram alargadas as excepções consagradas, prevendo-se agora estarem também isentas dos limites legais, (i) as emissões cujo valor nominal unitário seja igual ou superior a € 100.000,00 (ou o seu contravalor em euros) ou cuja subscrição seja efectuada exclusivamente em lotes mínimos de valor igual ou superior a € 100.000,00 (ou o seu contravalor em euros) e (ii) as emissões que sejam integralmente subscritas por investidores qualificados e desde que as obrigações emitidas, não sejam subsequentemente colocadas, directa ou indirectamente, junto de investidores que não sejam investidores qualificados.

3. Proibição de redução de capital social. Foi eliminada a proibição de redução do capital social para valor inferior ao da dívida da sociedade para com os obrigacionistas.

4. Deliberações da Assembleia dos Obrigacionistas e Representante Comum.

4.1. O aumento dos encargos dos obrigacionistas pode ser deliberado, desde que o seja, por unanimidade.

4.2. Os intermediários financeiros e as entidades autorizadas a prestar serviços de representação de investidores em algum dos Estados – Membros da União Europeia passam a integrar o leque das entidades que podem ser nomeados representante comum dos obrigacionistas.

4.3. Consagra-se a obrigatoriedade de o representante comum ser independente, não podendo estar associado a qualquer grupo de interesses específicos da sociedade, ou, encontrar-se em alguma circunstância susceptível de

afectar a sua isenção.

4.4. O representante comum passa a poder ser designado nas condições da emissão.

4.5. Consigna-se a possibilidade de a responsabilidade legal do representante comum ser limitada, não podendo, contudo, a limitação ser inferior a um valor correspondente a 10 vezes a sua remuneração anual.

5. Modalidades das Obrigações.

O novo regime veio alargar as modalidades de obrigações que podem ser emitidas, passando a contemplar:

- a)** Obrigações convertíveis em acções preferenciais, com ou sem direito de voto;
- b)** Obrigações convertíveis em valores mobiliários para além de acções;
- c)** Obrigações que conferem o direito a subscrever uma ou mais acções preferenciais, com um sem direito de voto,
- d)** Obrigações que conferem direitos de crédito sobre a emitente, com carácter subordinado;
- e)** Obrigações que resultem da conversão de outros créditos de sócios ou de terceiros, sobre a sociedade;
- f)** Obrigações que apresentem garantias especiais sobre activos ou receitas do património da emitente ou de terceiro.

De outro lado, prevê-se a possibilidade de criação de valores representativos de dívida com as seguintes características específicas:

- a)** Que confirmem direitos de crédito sobre a emitente com prazo de vencimento associado à duração da sociedade;
- b)** Sejam convertidos em acções por iniciativa da emitente ou obrigatoriamente convertíveis em acções, nos termos da respectiva emissão.

Por último, prevê-se a possibilidade de serem emitidas obrigações participantes de modalidades diferentes das já consignadas no CSC (obrigações com juro suplementar ou prémio de reembolso).

Contacto:

Alexandre Jardim - alexandre.jardim@pbbr.pt

Madalena Afra Rosa - madalena.rosa@pbbr.pt

A informação contida nesta Newsletter é disponibilizada pela pbbr a solicitação dos interessados, reveste carácter geral e abstracto, com objectivo meramente informativo, e não constitui qualquer aconselhamento jurídico. Esta informação não dispensa o leitor do aconselhamento jurídico dirigido às questões em concreto, a obter junto de advogado qualificado. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da pbbr. Se recebe a nossa newsletter e deseja remover a sua subscrição responda-nos com o Assunto Remover.